

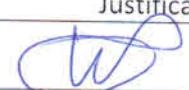


**CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL - INSTITUTO DE PREVIDENCIA
PRÓPRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE
THEOBROMA PARA O BIÊNIO 2021/2022 E DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Aos 02 (dois) dias do ano de 2021, no prédio do CMEJA Paulo Freire (supletivo), em reunião ordinária do conselho deliberativo e fiscal do instituto de previdência própria dos servidores públicos, o presidente inicia dando as boas-vindas a todos, leu a pauta da reunião. Passando a palavra ao superintendente que passa as informações a seguir. Sobre a comissão que estabeleceu parceria com o executivo em uma reunião com a secretária do (CRAS) sobre Política de Saúde e Segurança do Servidor onde vamos participar das campanhas de orientação e prevenção. Alguns processos administrativos a ser abertos para atender as demandas administrativas do IPT, que são compra de um servidor com processador de qualidade, placa mãe, disco HD:1 ou 2T, fonte de alimentação 500 Wats e outros componentes específicos que melhora a máquina. Processo administrativo de contratação de empresa especializada para a realização de estudo técnico tendo como parâmetro base as regras estipuladas na EC 103/2019 a unidade gestora – IPT. Com esta nova modelagem atuarial é esperado uma redução no déficit existente no regime próprio de previdência municipal e estudo de aderência para hipóteses biométricas do relatório técnico atuarial de 2021, nos termos da Portaria nº 464, de 19 de novembro de 2018. Um processo administrativo para pagar o imposto de renda dos servidores, aposentados e pensionistas era pago anualmente e agora é pago mensalmente. Processo n 35/2021 concessão do benefício de pensão por morte da servidora Maria das Graças Pereira, da seguinte forma 50% ao senhor José Antônio (cônjuge) e 50% de forma temporária para Heloisa Pereira dos Santos (filha menor). Confirma que os repasses estão em dia sendo os parcelamentos, segurado e patronal. Dia 28.06.2021 no gabinete da prefeitura municipal esteve reunidos o prefeito Giliard dos Santos Gomes, o superintendente Ricardo Luiz Riffel, o consultor previdenciário Anderson Coelho, o assessor jurídico Iure Afonso, a secretária de planejamento Denise Barcelos, e representando o conselho do IPT a professora Erica Santana e o professor Altamiro César Schultz, para tratar da implantação da previdência complementar que deverá ser instituída até o dia 13 de novembro de 2021, data estabelecida pela emenda constitucional 103/2019, o qual todos os municípios do Brasil que tem o RPPS deverão implementar a referida previdência. Na oportunidade foi tratado sobre o cadastramento que está sendo realizado, no qual solicitamos uma parceria com a prefeitura, para que forneça o sistema de cadastro, onde vamos alimentar o sistema com os dados atualizados e encaminhar a receita federal (e-social), como também vai servir para a avaliação Atuarial de 2022. E no dia 06 de julho de 2021 no auditório da assembleia legislativa de Rondônia uma palestra para prefeitos, vereadores, procuradores, controladores, gestores de RPPS,



representantes sindicais e presidente de conselhos. Em sequência o presidente do conselho perguntou se havia algo mais a ser tratado não havendo manifestação agradeceu a presença de todos e deu por encerrado a reunião, da qual, para constar, eu, Silma Akerley, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Silma Akerley da Silva (Legislativo)	
José Carlos da Silva Elias (Presidente do conselho)	
Eliandra Ferreira de Paula (Conselho Deliberativo)	Justificado
Vanderlei Viudes Peres (Conselho Fiscal)	
Érica Santana Cristo (Conselho Deliberativo)	Justificado
Anilton Lima Ferreira (Conselho Fiscal)	Justificado
Ricardo Luiz Riffel (Superintendente)	
Alex Pinheiro dos Reis (Legislativo)	
Lília Caires Cavalcante Eler (Conselho Deliberativo)	
Altamiro César Schultz	